

Coluna do Castello

JORNAL DO CASTELLO Para onde vai indo o Brasil

EM 1971, quando o presidente Médici visitou os Estados Unidos, o então presidente Nixon saudou-o com uma famosa, mas incômoda, profecia: para onde for o Brasil, por aí irá a América Latina. É claro que tal profecia representava um desejo do governo norte-americano que via alguns governos do continente às voltas com direções ou tendências esquerdizantes enquanto o Brasil, sob severo controle dos militares, prosperava e mantinha-se em ordem, como um meio-continente de tranqüilidade para a política dos Estados Unidos. A profecia cumpriu-se. Dentro de dois ou três anos, caíram no sistema brasileiro, radicalizando-o, o Chile e o Uruguai, enquanto a Argentina retomava sua velha ditadura militarista, cuja primeira irrupção teve o selo de Juan Domingo Peron.

Desta feita, com a visita do presidente José Sarney, o panorama inverteu-se. Pela primeira vez um governo brasileiro opta pela confrontação com os Estados Unidos e normalmente esse país já não quer que a América do Sul tome o rumo do Brasil. Se puder isolá-lo, o que é difícil, muito bem. Se não puder, deverá arcar com os ônus de problemas que amadurecem na pauta do contencioso entre os dois países. O governo brasileiro está, certa ou erradamente, imbuído do crescimento do seu status no mundo moderno e entende que, como a oitava economia do Ocidente, e economia em expansão, pode resistir a pressões dos grandes para forçar a porta e abrir um lugar entre eles.

A confrontação, no seu ponto vital, não está posta em termos de composição de interesses de grupos privados. Trata-se de uma rejeição do Clube de Paris de negociar sem o prévio aval do FMI. As dívidas contraídas com o Clube são todas elas de bancos estatais. Logo, são os respectivos estados nacionais que desejam conter a expansão da economia brasileira, sujeitando o pagamento das dívidas a uma auditoria severa do FMI que, com seu modelo recessivo, imporia ao Brasil o estancamento do seu desenvolvimento econômico. A isso o governo já não pode ceder. Ainda que o quisesse, careceria de apoio da opinião pública e das principais correntes políticas para uma volta à recessão e o abandono de um projeto que já resultou no aquecimento da economia que se pretende irreversível.

■ O ministro Funaro declarou em Londres que não haverá negociação via FMI, o que traduz a disposição de enfrentar o problema com os meios de que dispõe o país, incluindo seu declinante saldo na balança comercial, para pagar os juros dos bancos controlados pelo Clube de Paris, cujos demais membros estão sendo consultados pelo ministro da Fazenda. Com os bancos privados, a negociação poderá ser menos rígida, examinando-se opções diversas como a aceitação de uma redução de *spreads* e da transformação de parcelas da dívida em investimentos internos. Os banqueiros não estão aparentemente insatisfeitos com a *performance* da economia brasileira e há expectativa de novos investimentos em diversas áreas abertas.

As negociações no GATT são o terceiro ponto das dificuldades. Os Estados Unidos desejam discutir no âmbito da entidade a exportação de serviços, mas a isso se opõem Brasil, Índia e possivelmente o Mercado Comum Europeu. Sem oferecer qualquer contrapartida ao governo brasileiro, é óbvio que o assunto sequer será examinado, até mesmo por envolver importantes interesses do empresariado brasileiro.

Finalmente há as questões bilaterais, como a reserva de mercado para a informática, com a qual não se conforma a IBM, isto é, os Estados Unidos, e outras restrições que estão no ar. Os norte-americanos, como principal parceiro comercial do Brasil, podem retaliar nas importações de aço, de calçados, de cítricos e outros, nos quais tem o nosso país posição destacada mas não preponderante. Esse é o problema que se coloca na negociação entre os dois governos, num momento em que o Brasil perde seu embaixador em Washington, tido como o funcionário mais competente da carreira. Seu substituto deverá ser alguém que suprirá a experiência e o tino do sr Correia da Costa pela intimidade com o pensamento do presidente da República.

Há versões, no próprio palácio, de que o presidente se surpreendeu com a escala da agressão do presidente Reagan ao governo brasileiro. Teria sido um erro de avaliação do Itamarati, mas na verdade o tom pode ter sido mais enfático mas a essência seria a mesma, ainda que atenuada por gentilezas inerentes a homenagens que se devem a um visitante.